



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

CONVÊNIO N. 098/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO
PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA –, E O
MUNICÍPIO DE PALMITOS, OBJETIVANDO A
DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS PARA A
COMARCA DE PALMITOS.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, doravante denominado **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, estabelecido na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, neste ato representado por seu PRESIDENTE, Desembargador **NELSON SCHAEFER MARTINS**, e o **MUNICÍPIO DE PALMITOS**, com sede na Rua Independência, 100, CEP 89887-000, Palmitos/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 85.361.863/0001-47, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **NORBERTO PAULO GONZATTI**, resolvem firmar este Convênio, em decorrência do Processo n. 578003-2015.9, DE 28/5/2015, mediante sujeição às seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula primeira. Este Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e o **MUNICÍPIO DE PALMITOS**, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços à comunidade, naqueles setores em que congreguem afinidades de atribuições legalmente estabelecidas para os entes que celebram este instrumento, em especial no que se refere ao contencioso do executivo fiscal.

Parágrafo único. Caberá ao **MUNICÍPIO DE PALMITOS** disponibilizar servidores efetivos, objetivando auxiliar o Fórum da Comarca de Palmitos na prestação dos serviços jurisdicionais, com atuação especial naquelas ações referidas nesta cláusula.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

DA EXECUÇÃO

Cláusula segunda. Para o cumprimento deste Convênio, o relacionamento entre as partes se dará entre o Juiz Diretor do Foro da Comarca de Palmitos, em nome do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, e o Prefeito Municipal e/ou Secretário Municipal da Administração e Fazenda, estes, em nome do **MUNICÍPIO DE PALMITOS**.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula terceira. São atribuições do **MUNICÍPIO DE PALMITOS**:

I – relacionar os servidores efetivos que serão colocados à disposição do Fórum para o desempenho dos serviços;

II – arcar com todos os ônus decorrentes do cumprimento do presente Convênio;

III – orientar os servidores para que mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos convenientes ou de terceiro de que tomarem conhecimento; e

IV – substituir imediatamente os servidores à disposição do Fórum, mediante solicitação formal do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**.

Parágrafo único. Os servidores colocados à disposição no Fórum da Comarca de Palmitos não terão qualquer vínculo empregatício com o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**.

Cláusula quarta. São atribuições do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

I – receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos servidores do **MUNICÍPIO DE PALMITOS** postos à sua disposição, objetivando o fiel exercício da atividade para a qual foram designados;

II – controlar o ponto dos servidores do **MUNICÍPIO DE PALMITOS** colocados à disposição do Fórum a cada 30 (trinta) dias, respeitando o mês comercial, remetendo os referidos documentos ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, até o décimo quinto dia do mês subsequente; E

III – devolver os servidores à origem sempre que estes se mostrarem inadequados ao trabalho para o qual foram designados.

DO HORÁRIO DE TRABALHO

Cláusula quinta. Os servidores cedidos deverão respeitar o horário de expediente e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum no qual prestarão serviços, não podendo ultrapassar a carga horária do Município.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Cláusula sexta. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Convênio somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei e, expressamente, em termo aditivo, que ao presente aderir-se-á, passando a dele fazer parte.

DO PRAZO

Cláusula sétima. O prazo previsto para vigência deste Convênio será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre os convenientes, obedecendo a legislação vigente disciplinadora da matéria.

DA RESCISÃO OU DENÚNCIA

Cláusula oitava. O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou o **MUNICÍPIO DE PALMITOS** poderão a qualquer tempo rescindir este Convênio mediante denúncia por escrito, com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, pelo não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, caso não haja mais interesse de qualquer das partes na sua manutenção, por mútuo acordo ou por força de lei que o torne material ou formalmente impraticável.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula nona. Caberá o Tribunal de Justiça publicar o extrato do convênio e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no seguinte endereço eletrônico: www.tjsc.jus.br.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula nona. Este Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Complementar n. 101/2000, Lei Municipal n. 3847/2015, Resolução n. 14/2013-GP, e pelos preceitos de direito público e pelas disposições de direito privado correlatas.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DO FORO

Cláusula décima. Fica eleito o Foro da comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste Convênio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

E por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor:

Florianópolis, 16 de julho de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA – PODER JUDICIÁRIO
Nelson Schaefer Martins
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE PALMITOS
Norberto Paulo Gonzatti
PREFEITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO N. 098/2015

1. DADOS CADASTRAIS DOS CONVENENTES:

1º Conveniente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, CEP 88020-901, Florianópolis/SC

Nome do responsável: Desembargador **NELSON SCHAEFER MARTINS**

Cargo: Presidente

2º Conveniente: MUNICÍPIO DE PALMITOS

CNPJ: 85.361.863/0001-47

Endereço: Rua Independência, 100, CEP 89887-000, Palmitos/SC.

Nome do responsável: Senhor **NORBERTO PAULO GONZATTI**

Cargo: Prefeito

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

I - Título do projeto: disponibilização de servidores efetivos do MUNICÍPIO DE PALMITOS ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

II - Identificação do objeto: disponibilização de servidores efetivos do MUNICÍPIO DE PALMITOS à Comarca de Palmitos, nos termos da Lei Federal n. 8.666/1993, Lei Complementar n. 101/2000, Lei Municipal n. 3847-2015, Resolução n. 14/2013-GP, das decisões n. 0236/2002, n. 0365/2002 e n. 1247/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e do Processo Administrativo n. 578003-2015.9.

III - Justificativa da proposição: o TRIBUNAL DE JUSTIÇA prestará atendimento de modo mais eficaz às demandas, com pronto atendimento à comunidade, levando a prestação jurisdicional de forma mais rápida e efetiva aos jurisdicionados. A disponibilização de servidores públicos municipais efetivos ao Tribunal de Justiça é viável,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015,9

pois eles serão aproveitados para ações correlatas aos interesses locais da municipalidade, em especial o contencioso fiscal municipal.

3. HORÁRIO DE TRABALHO:

Os servidores cedidos deverão respeitar o horário de expediente e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum no qual prestarão serviços, não podendo ultrapassar a carga horária do Município.

4. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

I – Responsabilidades do Município:

- a) relacionar os servidores efetivos que serão colocados à disposição do Fórum para o desempenho dos serviços;
- b) arcar com todos os ônus decorrentes do cumprimento do presente Convênio;
- c) orientar os servidores para que mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos convenientes ou de terceiro de que tomarem conhecimento; e
- d) substituir imediatamente os servidores à disposição do Fórum, mediante solicitação formal do TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Os servidores colocados à disposição no Fórum da Comarca de Palmitos não terão qualquer vínculo empregatício com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA .

II – responsabilidades do Tribunal de Justiça:

- a) receber, instrumentalizar, preparar e dar todas as condições de trabalho aos servidores do MUNICÍPIO DE PALMITOS postos à sua disposição, objetivando o fiel exercício da atividade para a qual foram designados;
- b) controlar o ponto dos servidores do MUNICÍPIO DE PALMITOS colocados à disposição do Fórum a cada 30 (trinta) dias, respeitando o mês comercial, remetendo os referidos documentos ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, até o décimo quinto dia do mês subsequente;
- c) devolver os servidores à origem sempre que estes se mostrarem inadequados ao trabalho para o qual foram designados; e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Diretoria de Material e Patrimônio

Processo n. 578003-2015.9

d) publicar o extrato do convênio e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no endereço www.tjsc.jus.br.

III – Fonte de Recursos:

O Convênio não envolverá a transferência de recursos financeiros entre os convenientes, cabendo a cada um a responsabilidade pelas despesas assumidas neste Plano de Trabalho.

5. PERÍODO DE VIGÊNCIA:

I – Início: data da assinatura do Convênio;

II – Término: 60(sessenta) meses após a assinatura do Convênio, podendo ser prorrogado.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços na Comarca de Palmitos poderão ter seu início no primeiro dia útil a partir da assinatura do Convênio.

Por estarem assim ajustados, cientes de suas respectivas responsabilidades, assinam este Plano de Trabalho.

Florianópolis, 16 de julho de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA – PODER JUDICIÁRIO

Nelson Schaefer Martins
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Norberto Paulo Gonzatti
PREFEITO